

UM ESTUDO SOBRE O EMPREGO DA VÍRGULA NA HISTÓRIA DO PORTUGUÊS EUROPEU

Cynthia Tomoe YANO*

- **RESUMO:** No presente trabalho investiga-se o funcionamento da vírgula no português europeu nos séculos XVI ao XIX em dois tipos de construções: antes de oração completiva e após sujeito e adjunto não-oracional ou oração dependente em primeira posição. Para tanto, utilizou-se um *corpus* com 24 textos de autores nascidos entre os séculos XVI e XIX. Observou-se que, nos séculos XVI e XVII, a vírgula servia mais para auxiliar na organização e leitura do texto, indicando relações discursivas e prosódicas. No entanto, nos séculos XVIII e XIX, embora a vírgula continue a servir para indicar o papel discursivo do sintagma pré-verbal, especialmente nos casos com um sujeito pré-verbal, antes de oração completiva tal função se perdeu, pois os autores passaram a dar maior atenção à relação de complementaridade entre verbo e argumento, preferindo não separar os dois. Um possível fator que teria favorecido tal mudança parece ser o fato de, a partir da segunda metade do século XVIII, com a maior difusão do Iluminismo em Portugal, os gramáticos terem passado a se preocupar mais com a norma e a sintaxe do português, que levou o sistema de pontuação a ser mais baseado na função lógico-gramatical.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Vírgula. Português europeu. Português clássico. Gramática normativa. Prosódia. Sintaxe. Pontuação.

Introdução¹

Partindo de estudos anteriores sobre o emprego da vírgula na escrita do português, especificamente antes de oração completiva verbal, em textos do século XVI ao XIX (YANO, 2013), este trabalho tem como objetivo aprofundar a análise do funcionamento da vírgula no português, no período do século XVI ao XIX, com enfoque sobre o uso da vírgula em dois contextos, em orações matrizes e encaixadas: à direita do verbo, antes de oração completiva verbal, e à esquerda do verbo, após sujeito e adjunto não-oracional ou oração dependente em primeira posição. Para tanto, utilizou-se um *corpus*

* Universidade de São Paulo (USP), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo – SP - Brasil. ORCID: 0000-0003-0207-468X. ctyano@gmail.com.

¹ Este trabalho é resultado do desenvolvimento da pesquisa de doutorado, intitulada *A história do emprego de vírgula do português clássico ao português europeu moderno*, com o apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Processo nº2013/23207-0).

composto por 24 textos de autores portugueses nascidos entre os séculos XVI e XIX, e para a coleta de dados do *corpus*, a ferramenta *CorpusSearch*², com a qual se pode realizar buscas em textos sintaticamente anotados e obter informações sobre léxico, sintaxe e pontuação, e, com isso, se olhar para as questões da pontuação de modo mais sistemático.

Em Yano (2013) observou-se que, nos séculos XVI e XVII, a vírgula também tinha a função de delimitar e introduzir discursos relatados e o emprego da pontuação era mais baseado na organização discursiva e textual, sendo os propósitos principais a leitura em voz alta e a memorização dos textos (CATACH, 1994; ROSA, 1994). Contudo, a partir do século XVIII, a vírgula deixa de ser marcada com a mesma função, o que parece indicar que houve um distanciamento da função discursiva, passando a ser mais predominante a função lógico-gramatical, ou seja, as relações sintáticas entre os constituintes na sentença. Os resultados confirmam a análise de Yano, uma vez que se encontrou também, nos textos dos séculos XVI e XVII, uma maior incidência de vírgula entre verbo e oração completiva e que a pontuação servia mais para auxiliar na leitura em voz alta e na memorização dos textos, sendo a vírgula usada, com frequência, à esquerda e à direita do verbo, para indicar relações discursivas e prosódicas na escrita. Já nos séculos XVIII e XIX, enquanto que, assim como observou Yano, à direita do verbo, tal função da vírgula parece ter caído em desuso, pois os autores passaram a dar maior atenção à relação de complementaridade entre verbo e argumento, sendo a função lógico-gramatical mais predominante no sistema de pontuação, à esquerda do verbo, em especial nos casos com um sujeito pré-verbal, a vírgula continua a ser marcada para indicar o papel discursivo do sintagma pré-verbal.

Ademais, a leitura de gramáticas portuguesas revela que houve uma mudança no tratamento e no discurso da pontuação na segunda metade do século XVIII, quando houve uma maior tendência normativizadora e um distanciamento da tradição retórica do latim e, assim, os gramáticos portugueses passaram a dar mais ênfase às questões da sintaxe (GONÇALVES, 2006; TANNIÃO, 2016). Tal datação coincide com a da mudança no uso da vírgula observada nos dados, que se deu, mais fortemente, a partir da segunda metade do século XVIII. Além disso, também nota-se uma similaridade entre os usos da vírgula nos contextos analisados e as regras e definições da pontuação das gramáticas e dos tratados de ortografia do português. Isso parece indicar que a mudança na norma gramatical teria influenciado a mudança no emprego da vírgula e no sistema de pontuação do português, em geral.

O sistema de pontuação e as normas de uso da vírgula em gramáticas portuguesas

Quanto à periodização da história da pontuação nas línguas românicas, não há um consenso na literatura, principalmente sobre a função aplicada ao emprego da pontuação

² Disponível em: <http://corpussearch.sourceforge.net/index.html>. Acesso em: 14 out. 2020.

nos séculos XVI e XVII. Entre as diferentes propostas, Rocha (1997) afirma que tanto a orientação oral quanto a lógico-gramatical estavam em vigor nos séculos XVII e XVIII, mas a segunda já passara a ser mais predominante, e divide os dois últimos períodos em Idade Média, do século XIII ao XVI, e Idade Moderna, do século XVII ao XX. Já Catach (1994) afirma que no século XVII a pontuação ainda tinha uma função de sinalizar aspectos da oralidade e que só no início do XVIII ela passaria a ser mais lógico-gramatical. Por isso, divide os períodos em antigo, do século XII ao XVII, e moderno, do século XVIII ao XX.

No português, particularmente, pela leitura de gramáticas e manuais de ortografia portuguesas, pode-se apontar três momentos no discurso e no tratamento da pontuação. No primeiro momento, do século XV ao XVI, o surgimento da imprensa e, com isso, a descoberta da composição e da impressão com caracteres móveis trouxe a possibilidade de se aprimorar o *layout* do texto no papel, o que levou à busca pela padronização do texto escrito e a massificação da leitura visual e, portanto, à imposição do uso de um sistema de pontuação mais estável, com sinais e regras de uso mais definidos, progredindo em direção a um uso mais lógico-gramatical. Apesar disso, nas primeiras gramáticas do português, de Barros (1540) e Gândavo (1574), o que se observa é que a pontuação é um tópico pouco sistematizado e discutido, e o sistema de pontuação é mais baseado na tradição da retórica latina, sendo a função principal auxiliar na leitura em voz alta. Isto é, os autores afirmam que a pontuação tem como função marcar pausas e distinguir orações e sentenças para auxiliar na construção de sentido, porém não apresentam nenhuma regra específica de como e onde os sinais devem ser empregados no interior do texto, nem exemplos de uso. Cabe ressaltar, porém, que a pontuação, nesse período, não parece servir como um mero sistema para transcrição da melodia e das pausas da fala, mas para indicar, por meio de pausas, relações de sentido entre orações no interior do texto (ROSA, 1994).

No segundo momento, do século XVII à segunda metade do século XVIII, se observam mudanças gradativas no tratamento da pontuação, que levarão à constituição do sistema de pontuação moderno. No século XVII e na primeira metade do século XVIII, ainda que tenha passado a haver uma maior sistematização do sistema de pontuação, com regras mais específicas e exemplos de uso para os sinais, possivelmente como um reflexo tardio do surgimento da imprensa e da busca pela padronização do texto escrito, a tradição retórica se mantém predominante e as normas ditadas pelos gramáticos portugueses parecem continuar a estar mais associadas às relações semânticas e prosódicas. Quanto à vírgula, em particular, Barreto (1671) e Madureira Feijó (1734) afirmam que o sinal serve para marcar pausas para respirar e indicar quando o sentido está completo ou incompleto, auxiliando na leitura e na compreensão apropriadas do texto. Entre as regras ditadas por esses gramáticos, chamam a atenção as regras de que se deve colocar a vírgula a) antes de conjunções e relativos, referentes ao complementizador *que* introdutor de oração completiva e oração relativa, o que parece indicar que o uso de vírgula entre verbo e oração completiva era aceito pela norma da época, embora não seja mencionada a função para introduzir discursos relatados,

e b) após um “verbo com seus casos” (Ex.: “Quem ama a Deus, ama ao próximo” (BARRETO, 1671, p. 216)). Nesta última regra, entende-se que, em se tratando de um sujeito oracional, o uso da vírgula entre sujeito e verbo era aceitável pela norma - apesar de tal regra parecer estar mais relacionada com a idéia de que o sentido está “incompleto”. Ademais, é corrente, nesse período, o uso de exemplos em português e latim, o que sugere que a tradição gramatical latina ainda exercia alguma influência nesse período.

Já na segunda metade do século XVIII, com a influência tardia do Iluminismo em Portugal e a reforma pombalina no ensino, que estabeleceu que a língua materna deveria substituir o latim, passou a haver uma forte atividade metalinguística em torno da norma do português (GONÇALVES, 2006; TANNIÃO, 2016). Desse modo, os gramáticos, como Monte Carmelo (1767) e Freire da Cunha (1770), passaram a não fazer mais uso de exemplos do latim para explicar as regras dos sinais e a tratar, ainda que brevemente, da sintaxe, embora os sinais sejam ainda classificados pela marcação de uma pausa maior ou menor. Sobre a vírgula, a inovação aparece na regra de que se deve marcar o sinal para isolar expressões incisivas, como oração adverbial (Ex.: “Se é jugo a Lei Evangélica, a Caridade tudo suaviza” (MONTE CARMELO, 1767, p. 453)) e vocativo (Ex.: “Mandas, ó Rainha, renovar uma dor, que não é para se falar” (FREIRE DA CUNHA, 1770 *apud* GONÇALVES, 2003, p. 202)). É interessante notar, contudo, que Monte Carmelo afirma que se deve marcar uma vírgula antes de orações completivas, com o exemplo “Deus quer, que todos se salvem, e conheçam a verdade” (MONTE CARMELO, 1767, p. 453), o que parece indicar que tal uso mais antigo da vírgula ainda era aceitável nesse período.

Além disso, nos séculos XVI, XVII e XVIII, apesar de os gramáticos não discutirem diretamente a questão do comprimento da oração, a noção de que se deve marcar uma pausa onde “descansa a voz” (BARROS, 1540, p. 50) sugere uma relação entre o comprimento e a pontuação, podendo ser cansativa a leitura e a memorização de trechos longos e, assim, ser necessária a quebra deles em partes menores.

A passagem do final do século XVIII ao século XIX marca um terceiro momento de grande mudança na norma gramatical do português. Nesse período, os preceitos do Iluminismo se difundiram em Portugal, com uma tendência normativizadora maior, sob a influência das novas concepções e regras propostas pela *Gramática de Port-Royal*, de 1660, e não mais no “bom uso”. Assim, especialmente após o terremoto de 1775, quando o poder ficou nas mãos de Sebastião José, o futuro marquês de Pombal, que impôs uma reforma no ensino e estabeleceu que a língua materna deveria substituir o latim, passou a haver uma forte atividade metalinguística em torno da norma do português, fundamentada no pressuposto racionalista de que as línguas são regidas por princípios universais da razão e, portanto, de que existe uma gramática universal (GONÇALVES, 2006; TANNIÃO, 2016). Desse modo, houve um distanciamento da tradição retórica latina e os gramáticos deixaram de fazer uso de casos do latim para explicar ou exemplificar as regras dos sinais e passaram a dar maior ênfase às questões referentes à sintaxe e às relações de subordinação entre as partes das sentenças

– embora ainda seja corrente a classificação dos sinais pela marcação de uma pausa maior ou menor em manuais da segunda metade do século XVIII, como os de Monte Carmelo (1767) e Freire da Cunha (1770). Em gramáticas como as de Dias de Sousa (1804) e Barbosa (1822) se destacam as regras de que não se deve marcar a vírgula antes de conjunções (antes de oração completiva) e entre sujeito e verbo, pois haveria uma relação de dependência entre os constituintes que não deve ser quebrada, e que se deve marcar a vírgula antes e/ou após toda expressão incisa de natureza parentética e, portanto, estruturalmente independente do resto da oração em que se insere (Ex.: “Toda a Oração encravada, isto é, metida entre outras, sem as modificar, nem ser modificada, deve estar entre vírgulas; [...]” (BARBOSA, 1822, p. 88-89)). Ademais, em gramáticas desse período e obras posteriores, a questão do comprimento é discutida mais explicitamente, sendo a norma marcar a vírgula para isolar uma oração longa, para indicar uma “pausa para respirar” – assim como se encontra em gramáticas seiscentistas e setecentistas –, como afirma Dias de Sousa (1804, p. 266-267):

Antes das conjunções e, nem, ou, como, que, e outras semelhantes: põe-se vírgula, quando as palavras e frases que elas ligão fatigão a respiração pelas propositões incidentes, e complementos que trazem consigo: quando porém as palavras e frases são curtas e simples, as vírgulas são desnecessárias; porque as mesmas conjunções as suprem.

No século XX, nota-se que os gramáticos modernos tratam da pontuação como os gramáticos oitocentistas. Cunha e Lindley Cintra (1985, p. 429) afirmam que a pontuação serve “para reconstituir aproximadamente o movimento vivo da elocução oral”, porém, no que concerne às regras de uso dos sinais, percebe-se que elas são mais baseadas em relações sintáticas. Sobre a vírgula, em particular, os autores apresentam regras semelhantes às de gramáticas oitocentistas. Entre elas, destacam-se as regras de uso da vírgula para marcar pausas e para separar elementos que exercem funções sintáticas distintas, como apostos, vocativos, adjuntos em posição inicial, elementos repetidos, orações parentéticas ou orações relativas explicativas. Sobre os adjuntos adverbiais, especificamente, os autores afirmam que, quando são “de pequeno corpo” (CUNHA; CINTRA, 1985, p. 429), isto é, de comprimento curto, como um advérbio simples, não se faz necessária a colocação de vírgula.

Além disso, uma questão paralela bastante discutida na literatura atual é se a pontuação seria determinada pela sintaxe ou pela fonologia: se a escrita está atrelada à linguagem oral, se a escrita e a linguagem oral são dois sistemas linguísticos distintos, ou se a escrita é parcialmente autônoma com relação ao oral. Tendo em vista que, nos séculos XVI ao XIX, a vírgula parece servir para indicar tanto relações discursivas e prosódicas (YANO, 2013), como relações sintáticas (YANO, 2018) na escrita do português, adota-se a proposta de que a pontuação está vinculada à prosódia da língua e a uma gramática da escrita. Mas entende-se que ela não é um sistema para mera transcrição da melodia e das pausas da fala, mas que a vírgula indica, através de pausas,

relações de sentido, marcando as intenções e a interação do autor com seu interlocutor (SONCIN, 2014), e relações gramaticais entre as partes dos enunciados.

Sobre o sintagma entoacional e aspectos da prosódia do português

Na análise dos usos da vírgula nos dados do português, neste estudo, observou-se que, tanto no período clássico, como no período moderno, a vírgula serve para indicar, na escrita, relações prosódicas e discursivas, além de relações sintáticas, sendo empregada, com frequência, na fronteira de estruturas que podem ser caracterizadas como sintagmas entoacionais (I), o que indica que, para o uso da vírgula na escrita do português, o domínio de I é o domínio relevante. Assim, se faz necessário definir o sintagma entoacional e, para isso, adota-se a definição proposta pela Fonologia Prosódica, de Nespor e Vogel (2007).

O modelo da Fonologia Prosódica pressupõe que o fluxo de fala se estrutura, de forma hierarquizada, em constituintes fonológicos - sílaba, pé, palavra fonológica, grupo clítico, frase fonológica, frase entoacional e enunciado fonológico -, os quais formam domínios para a aplicação de regras fonológicas e se organizam de modo que cada unidade constitui uma unidade maior, que a domina imediatamente. A operação de regras fonológicas no interior e na junção de alguns domínios é a evidência para a proposição desses domínios. Ademais, embora o componente fonológico funcione em interação com os demais componentes da gramática - a sintaxe, a morfologia e a pragmática -, pode não haver isomorfia entre a estrutura fonológica e a estrutura sintática ou morfológica, pois as regras fonológicas se aplicam em domínios que não são estritamente os estabelecidos pela estrutura morfossintática. (SELKIRK, 1984, 1986; NESPOR; VOGEL, 2007).

Sobre o domínio de I³, especificamente, Nespor e Vogel afirmam que, em certas construções, o sintagma pode ser reestruturado, ou reorganizado, conforme os seguintes critérios: a) quando o comprimento de I é longo, podendo ser quebrado em Is menores, para auxiliar na respiração ou formar Is ótimos, de tamanhos uniformes (cf. exemplos 1b e 1c), b) em situações de fala rápida ou informal, podendo formar Is maiores, ou de fala lenta e formal, formando Is menores, e c) em construções com proeminência contrastiva, em que a expressão focalizada pode formar um I independente (cf. exemplo 2b). Além de restrições prosódicas e de registro, há também restrições sintáticas, sendo

³ Sobre a formação de I, adota-se o algoritmo de formação proposto por Nespor & Vogel (2007) e adaptado por Frota (2000, p. 57) para o português:

Formação de sintagma entoacional (I)

a. Domínio de I: (i) todos os ϕ s em uma cadeia que não está estruturalmente ligada à raiz de uma sentença (como expressões parentéticas, perguntas tag, vocativos etc.); ii) qualquer sequência remanescente de ϕ , adjacente a uma sentença raiz; iii) o domínio de um contorno entoacional, cujas fronteiras coincidem com a posição em que pausas gramaticais podem ser inseridas em um enunciado.

b. Reestruturação de I: i) reestruturação de I em Is menores, ou ii) reestruturação de I em um I maior. Fatores que influenciam a reestruturação de I: o comprimento dos constituintes, a velocidade de fala e o estilo de fala interagem com restrições de natureza sintática e semântica.

aceito pelo modelo que um CP complemento forme um I independente, por ser uma “oração completa” (cf. exemplo 3b), embora se tenda a respeitar a estrutura argumental e evitar uma quebra entre um elemento regente e seu argumento.

1. a. [O gato do meu amigo sempre caça passarinhos no jardim dos fundos]I
b. [O gato do meu amigo]I [sempre caça passarinhos no jardim dos fundos]I
c. [O gato do meu amigo]I [sempre caça passarinhos]I [no jardim dos fundos]I
2. a. [Vi o gato no canal sujo]I
b. [Vi o gato no canal]I [sujo]I⁴
3. a. [O João avisou que vai buscar a Maria no shopping]I
b. [O João avisou]I [que vai buscar a Maria no shopping]I

Ademais, expressões como orações relativas explicativas, apostos, vocativos e orações parentéticas, entre outros, também formam Is independentes, já que não são estruturalmente ligados à oração em que se inserem. Nesses casos pode não haver isomorfia com a sintaxe, uma vez que, havendo uma expressão interpolada, as seqüências adjacentes a ela também formam Is independentes. (cf. exemplo 4)

4. [O João]I [como eu disse]I [vai buscar a Maria no shopping]I

No português europeu, estudos mostram que expressões incisivas não são fraseadas todas da mesma forma. Segundo Abalada, Cabarrão e Cardoso (2011), os vocativos são fraseados diferentemente a depender da sua posição na sentença. Isto é, quando estão em posição inicial, eles tendem a formar um I independente, contudo, quando estão em posição medial ou final, não, tendendo a ser fraseados no mesmo I que contém o restante da sentença. E sobre as orações parentéticas, Frota (2000, 2014), Frota e Vigário (2007), Cruz (2013) e Barros (2014) mostram que elas tendem a formar Is independentes.

Além disso, como mostram Frota (1997, 2000, 2002, 2014), Vigário (1998), Barros (2014) e Frota *et al.* (2015), expressões que portam proeminência de tópico ou foco, contrastivo ou informacional, também tendem a formar Is independentes, tanto em posição inicial, como final na sentença.

Outro aspecto interessante sobre a prosódia do português europeu é que, como previsto pelo modelo de Nespor e Vogel (2007), Elordieta, Frota e Vigário (2005) mostram que o peso fonológico, ou o comprimento, do sujeito tem efeito sobre o fraseamento de sentenças SVO - ou se ele for ramificado (composto por mais de uma palavra prosódica (ω)) ou não-ramificado (composto por uma ω). Isto é, um sujeito longo e ramificado (com 8 ou mais sílabas) tende a formar um I independente e,

⁴ Neste exemplo a expressão focalizada “sujo” se refere a “o gato”, sendo a interpretação de que o gato estava sujo, não o canal, diferentemente do exemplo em 2a.

então, a sentença é fraseada em dois Is: um contendo o sujeito e outro, o restante da sentença - (S)(VO). Mas um sujeito longo (com mais de 5 sílabas) e não-ramificado ou curto (com 3 sílabas), ramificado ou não, não, e então, é fraseado no mesmo I que o resto da sentença - (SVO).

Corpus e metodologia

Para o *corpus* de trabalho foram selecionados 24 textos de autores portugueses nascidos entre o século XVI e XIX⁵, transcritos e modernizados de textos-fonte originais ou editados, retirados da Biblioteca Nacional Digital, da Biblioteca Nacional de Portugal⁶, da Biblioteca Nacional Digital, da Fundação Biblioteca Nacional⁷, do Corpus Histórico do Português Tycho Brahe⁸, e da Hemeroteca Digital, da Hemeroteca Municipal de Lisboa⁹. No caso de o texto-fonte ser editado, tomou-se o cuidado de verificar se a sua pontuação não foi modernizada pelo editor, o que poderia comprometer os dados e a análise.

Quadro 1 – Títulos, nomes e ano de nascimento dos autores de cada texto do *corpus*

Título	Autor	Ano
História da Província de Santa Cruz	Pero de Magalhães Gândavo	1502
Peregrinação	Fernão Mendes Pinto	1510
O auto das regateiras	Antonio Ribeiro Chiado	1520
Décadas	Diogo do Couto	1542
A vida de Frei Bertolameu do Mártires	Luis de Sousa	1556
Gazeta, em que relatam as novas todas, que ouve nesta corte, e que vieram de varias partes no mês de novembro de 1641	Manuel de Galhegos	1597
Mercurio Portuguez, com as novas da Guerra entre Portugal, & Castella: começa no principio de anno de 1663 (1663-1667)	Antônio de Souza de Macedo	1606
Sermões	Padre Antônio Vieira	1608
O Fidalgo Aprendiz	Francisco Manuel de Melo	1608

⁵ Foram consideradas aqui as datas de nascimento dos autores e não as datas de publicação dos textos, pois, nos estudos gerativistas de mudança gramatical, acredita-se que a gramática emerge no processo de aquisição das línguas naturais, e, portanto, considera-se, neste estudo, que o uso da vírgula pelos autores na escrita poderia ser um reflexo da sintaxe e da prosódia de suas gramáticas.

⁶ Disponível em: purl.pt. Acesso em: 14 out. 2020.

⁷ Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br>. Acesso em: 14 out. 2020.

⁸ Disponível em: www.tycho.iel.unicamp.br/~tycho/corpus/index.html. Acesso em: 14 out. 2020.

⁹ Disponível em: <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt>. Acesso em: 14 out. 2020.

Título	Autor	Ano
Rellação da Vida e Morte da Serva de Deos a Venerável Madre Elenna da Crus	Maria do Céu	1658
Gazetas manuscritas da Biblioteca Pública de Évora (1729-1731)	D. Francisco Xavier de Menezes	1673
Vida do apostólico Padre António Vieira	André de Barros	1675
Folheto de Lisboa (1741)	Luis Montez Matoso	1701
Cartas familiares	Cavaleiro de Oliveira	1702
Reflexões sobre a vaidade dos homens	Matias Aires	1705
Teatro cômico português	António José da Silva, o Judeu	1705
Cartas e Outros Escritos	Marquesa de Alorna	1750
Gazeta de Lisboa (Janeiro a Dezembro de 1810)	Autor desconhecido	17??
Memórias do Marquês da Fronteira e d'Alorna	Marquês de Fronteira e d'Alorna	1802
A inauguração da estátua equestre	Joaquim da Costa Cascais	1815
Maria Moisés	Camilo Castelo Branco	1825
A morgadinha de Val-d'Amores	Camilo Castelo Branco	1825
Cartas a Emília	Ramalho Ortigão	1836
O regente	Marcelino Mesquita	1856

Fonte: Elaboração própria.

Para a coleta dos dados foram feitas buscas no *corpus* com o auxílio da ferramenta *CorpusSearch*¹⁰, por casos com e sem vírgula após sujeito, adjunto não-oracional ou oração dependente em primeira posição, em construções do tipo V1 (cf. exemplos 5 a 8) e antes de oração completiva verbal (cf. exemplos 9 e 10), e com uma expressão incisa entre verbo e oração completiva ou sujeito (cf. exemplos 11 a 14), em orações encaixadas e matrizes. E tendo em vista que no português clássico a vírgula, antes de oração completiva, tinha a função de introduzir discursos relatados (YANO, 2013), foram selecionados apenas os verbos introdutores de discurso: verbos declarativos, como “afirmar”, “dizer”, e que expressam opinião, como “julgar”, “achar”, ou pensamento, como “pensar”, “crer”. Nos exemplos apresentados o verbo é marcado em negrito e o sintagma que o precede ou segue, em itálico.

5. *ambas de muito claro*, **pareceram-me** elegantíssimas. (Ortigão, 1836)
6. Então, sentem-se, que *eu vou* chamar a menina. (Cascais, 1815)
7. *buscando o, seguindo o e contemplando o*, **o adora** sempre. (Oliveira, 1702)

¹⁰ A ferramenta *CorpusSearch* foi desenvolvida por Beth Randall, como parte de um projeto coordenado pelo Prof. Anthony Kroch (Universidade da Pensilvânia), com a finalidade de se poder construir um extenso *corpus* de textos em língua inglesa anotados sintaticamente e fazer buscas e obter dados lexicais, sintáticos e estatísticos nos textos anotados. (<http://corpussearch.sourceforge.net>)

8. *Em caso de aperto serve o colchão.* (Cascais, 1815)
9. *ainda crê, que há no mundo cavaleiros andantes!* (Judeu, 1705)
10. *Eu digo que sou contente.* (Chiado, 1520)
11. *Já te disse, Joanna, que te vás arranjar.* (Castelo Branco, 1825)
12. *Todavia bem disse eu que era sesudo.* (Melo, 1608)
13. *A nudez de Vénus, diz ele, desagrada* muito, (Oliveira, 1702)
14. *Os achéns logo em chegando começaram* a bater a cidade, (Mendes Pinto, 1510)

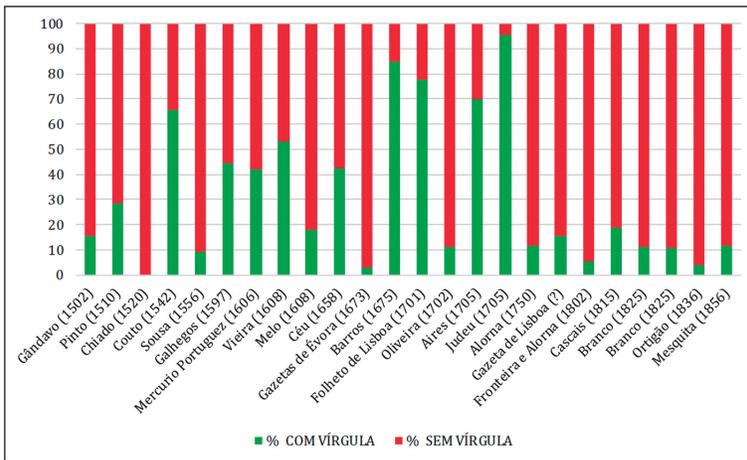
Além disso, foi analisado também o efeito do comprimento, ou peso fonológico, do sintagma pré-verbal sobre o uso da vírgula à esquerda do verbo. Considerando que no português clássico a vírgula servia mais para indicar relações discursivas e prosódicas na escrita (YANO, 2013, 2018) e que, em termos prosódicos, um sintagma fonologicamente pesado tende a formar um I independente (NESPOR; VOGEL, 2007), pensa-se que os autores tenderiam a marcar a vírgula após um sintagma longo por interpretar a presença da fronteira entoacional de I à direita do sintagma pré-verbal. Seguindo Galves e Kroch (2016), como critério para medir o comprimento do sintagma pré-verbal optou-se pelo número de palavras morfossintáticas, dada a facilidade de se poder separar os dados automaticamente com o *CorpusSearch*, e considerou-se um sintagma longo o que contém mais de 8 palavras, e um sintagma curto, o que contém menos de 9 palavras.

A natureza da mudança no emprego da vírgula

O emprego da vírgula antes de oração completiva verbal

Nos dados com e sem vírgula à direita do verbo, com o verbo contíguo à oração completiva, em termos quantitativos, nos séculos XVI e XVII, nota-se que há variação entre os autores por colocar ou não a vírgula. Ainda assim, a incidência de casos com vírgula é superior em comparação aos séculos XVIII e XIX, quando há um declínio no uso da vírgula, a partir da segunda metade do século XVIII, com as porcentagens de ocorrências com vírgula abaixo dos 20% em todos os textos. (cf. figura 1)

Figura 1 – Comparação entre as porcentagens de ocorrências com e sem vírgula antes de oração completiva verbal, em cada texto

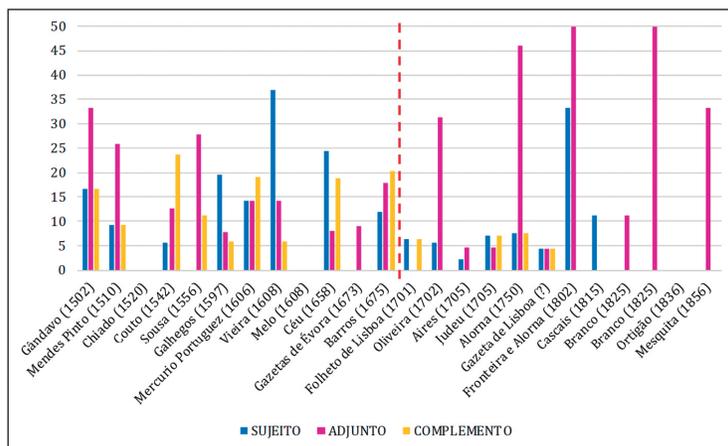


Fonte: Elaboração própria.

Cabe apontar que, na primeira metade do século XVIII, o texto de Oliveira (1702), com 11,1% de casos com vírgula, comporta-se de modo similar aos seus sucessores, mas os demais textos, *Folheto de Lisboa* (1701), Aires (1705) e o *Judeu* (1705), com 77,5%, 70% e 95,4%, respectivamente, se assemelham mais aos autores dos séculos XVI e XVII. Isso, somado ao fato de Matoso, Aires e o *Judeu* terem nascido no início do século XVIII, leva a se pensar que a sua escrita ainda reflita a gramática do português clássico e que, então, no início do século XVIII a mudança no sistema de pontuação do português estava já em vias de ocorrer e veio a se estabelecer a partir da segunda metade do século XVIII.

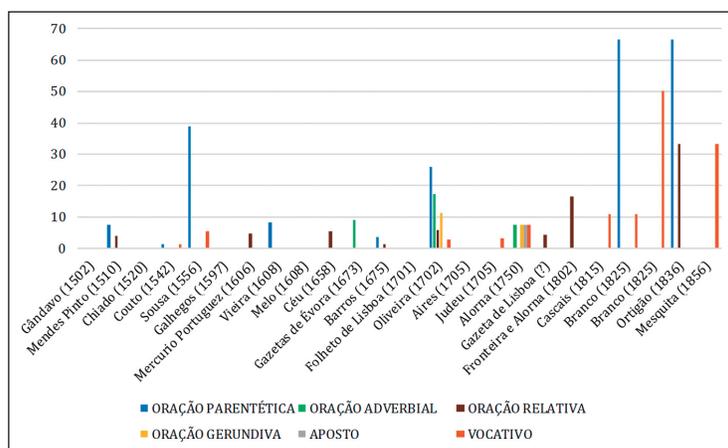
Quanto aos casos com uma expressão incisa entre o verbo e a oração completiva, observa-se uma distinção no uso da vírgula quanto ao tipo de expressão incisa. Enquanto que nos séculos XVI e XVII predominam casos com adjunto não-oracional, complemento (objeto indireto) e sujeito interpolados (cf. figura 2), nos séculos XVIII e XIX, há um aumento na incidência de casos com oração gerundiva, oração adverbial, aposto, vocativo, adjunto e sujeito ou complemento com oração relativa interpolados (cf. figuras 2 e 3). Isso sugere que, no português europeu, a vírgula passou a servir mais para indicar relações sintáticas, nesse caso, para isolar expressões de natureza parentética, estruturalmente independentes às orações em que se inserem (NESPOR; VOGEL, 2007).

Figura 2 – Percentagens de ocorrências de sujeito, adjunto ou complemento entre verbo e oração completiva, com vírgula, em cada texto



Fonte: Elaboração própria.

Figura 3 – Percentagens de ocorrências de aposto, vocativo, oração adverbial, oração gerundiva, oração parentética ou sujeito ou complemento com oração relativa entre verbo e oração completiva, com vírgula, em cada texto



Fonte: Elaboração própria.

A partir desses resultados, observa-se que, nos séculos XVI e XVII, a incidência de emprego da vírgula parece se dar por razões de ordem discursiva e prosódica, o que reflete o discurso das gramáticas da época, influenciadas pela tradição retórica do latim, que ditava que a pontuação serve para marcar pausas e organizar o discurso.

Embora haja bastante variação no emprego da vírgula nos séculos XVI e XVII, de autor para autor, entre 0%, no texto de Chiado (1520), e 84,8%, no texto de Barros

(1675), a frequência é maior em comparação aos séculos XVIII e XIX, nos quais há um declínio nas porcentagens de casos com vírgula, entre 4,1%, no texto de Ortigão (1836), e 19,1%, no texto de Cascais (1815). Isso vai no sentido da análise de Yano (2013), que também encontrou uma frequência maior de casos com vírgula entre verbo e oração completiva nos séculos XVI e XVII, entre 9,47% e 84,84%, e uma queda a partir do século XVIII, com as porcentagens abaixo dos 15% na maioria dos textos.

E em termos qualitativos, a vírgula parece possuir duas funções: a) introduzir um discurso relatado, como já descrito em Yano (2013), e indicar ênfase sobre o verbo discursivo e b) quebrar sentenças longas em partes menores, a fim de auxiliar na leitura.

Quanto à primeira função da vírgula, tendo em vista que, no sistema de pontuação do português clássico, as funções prosódica e discursiva eram predominantes, o emprego da vírgula entre verbo e complemento pode ser explicado, em termos prosódicos, pelo fato de, em situação de fala lenta - concebível em casos de leitura em voz alta -, a sentença poder ser reestruturada em sintagmas entoacionais (Is) menores, ocorrendo a quebra entre verbo e oração completiva, ainda que, em termos sintáticos, um verbo exija um argumento (NESPOR; VOGEL, 2007). Assim, a vírgula indica a presença da fronteira entoacional do I reestruturado que contém a oração completiva e introduz o enunciado relatado, marcando a quebra entre a expressão introdutora do relator e a citação da fala do locutor citado (DUARTE, 2003) (cf. exemplo 15). E como o verbo passa a estar contido em um I independente do seu complemento, com a reestruturação, e o elemento que porta o acento principal é o elemento mais à direita em I, a vírgula também indica ênfase sobre o verbo discursivo, que caracteriza a “voz” que introduz o discurso e indica o modo como a interação verbal entre os falantes ocorre (DUARTE, 2003). E sobre a segunda função, a vírgula parece também marcar a quebra de uma sentença longa em partes (Is) menores, de tamanhos similares. De acordo com Nespor e Vogel (2007), um sintagma longo pode ser reestruturado em sintagmas menores para auxiliar na respiração. Embora a quebra entre verbo e complemento desrespeite a estrutura argumental, nesse caso seria aceitável, pois uma oração complemento constitui uma “oração completa”. (cf. exemplo 16)

15. [Outros querem **dizer**,]I [*que é sem nenhuma falta a esperma da mesma Baleia*:]I
16. [**mandou-lhe** o seu Diretor o Padre Cruz,]I [*pedisse à serva de Deus luz nesta matéria*,]I

Nos séculos XVIII e XIX, o uso da vírgula passou a ser menos frequente, especialmente da segunda metade do século XVIII em diante, o que parece ter ocorrido por os autores terem passado a dar maior atenção à relação de complementaridade entre verbo e argumento, preferindo não separar os dois, afora quando há uma expressão incisiva de natureza parentética. Com o distanciamento em relação à gramática latina e a perda da prática da leitura em voz alta, no século XVIII ocorreu “a passagem de uma cultura da voz e da orelha para uma cultura do olhar” (CATACH, 1994, p. 77) e, com

isso, a pontuação passou a não mais marcar as pausas da fala, mas indicar as relações gramaticais entre as partes das sentenças, auxiliando o leitor na compreensão do texto escrito. (CATACH, 1994; ROSA, 2016).

Ademais, nesse período houve uma distinção entre os tipos de discurso relatado e, com isso, no modo de representar os discursos direto e indireto na escrita, sendo o primeiro introduzido e delimitado por dois pontos e travessão ou aspas, e o segundo, marcado pela estrutura de verbo seguido de oração completiva.

Cabe notar que, nos textos analisados, encontra-se algum uso de travessão já na segunda metade do século XVI – embora o sinal apareça nas gramáticas somente no século XIX (GONÇALVES, 2003) – no texto *A Vida de Frei Bertolameu do Mártires*, de Luis de Sousa (1556, p. 79), no seguinte trecho:

[...] na verdade, os prelados maiores são eminentemente abades e curas e até sacristães de cada igrejinha, e não devem cuidar que cumprem bastantemente em cousa de tanta importância com dizer: — Li o, encomendei o ao cura.

No entanto, a estrutura é semelhante a de discurso indireto (verbo + oração completiva) e não a de discurso direto, como se vê nos textos a partir do século XVIII, com a oração principal com o verbo discursivo e os dois pontos em uma linha e o enunciado relatado introduzido por travessão na linha abaixo, como ilustra o exemplo do texto *Maria Moisés*, de Camilo Castelo Branco (1826, p. 4).

João da Lage, o amo, assomou, à porta da corte, e bradou:
— Perdeste alguma rês?
O rapaz tartamudeou, tiritando de medo:
— Perdeste, ladrão? Vai em cata dela, e, olha lá: se a não trouxeres, não me apareças mais, que t'arranco os fígados pela boca.
E deu-lhe dois valentes pontapés à conta.

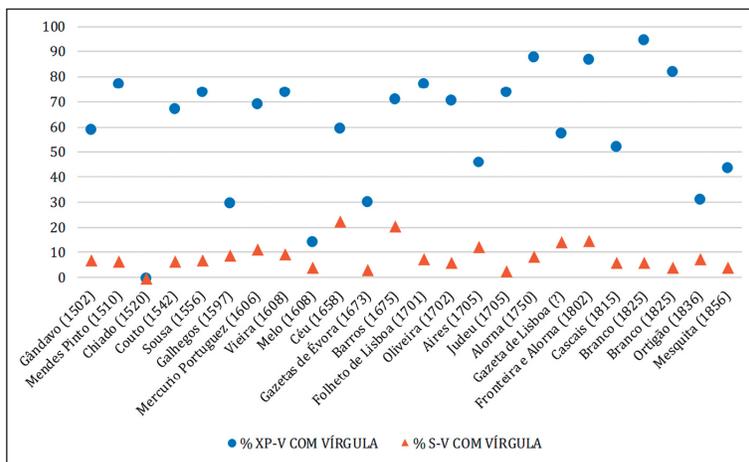
Tal representação linear do discurso, como no exemplo de Sousa (1556), evidencia o caráter retórico da escrita do português clássico, no qual o autor toma a voz da pessoa que fala, relatando o enunciado. Já na representação tradicional de discurso direto, como no exemplo de Branco (1826), acima, há um distanciamento do autor em relação à situação discursiva, isto é, à pessoa que fala e o enunciado relatado.

O emprego da vírgula depois de sujeito e adjunto não-oracional ou oração dependente

Quanto aos dados com e sem vírgula à esquerda do verbo, em termos quantitativos, notou-se que, em todos os períodos, após um sujeito pré-verbal, a tendência entre todos

os autores é por não marcar a vírgula, porém, após uma oração ou um adjunto pré-verbal, a tendência entre a maior parte dos autores é por marcar a vírgula, independentemente do tipo de expressão - adjunto, oração adverbial, oração gerundiva ou complemento. (cf. figura 4)

Figura 4 – Porcentagem de ocorrências com vírgula entre sujeito (S) ou oração dependente ou adjunto não-oracional (XP) e verbo



Fonte: Elaboração própria.

Em termos qualitativos, nos séculos XVI e XVII, em ambos os tipos de construção, a vírgula parece ter a função de marcar ênfase sobre o sintagma pré-verbal, sinalizando qual é a pessoa ou o objeto a que se refere a ação e chamando a atenção do leitor/ouvinte para isso (SONCIN, 2014), após um sujeito pré-verbal, ou auxiliando na construção do quadro discursivo em que se insere a ação, depois de uma oração ou um adjunto pré-verbal. No dado em 17, por exemplo, a vírgula enfatiza de qual pessoa se está falando e marca a distinção entre o sujeito “um que escapou”, referente a uma pessoa específica, e o grupo de pessoas a que ele pertence, “algum portugueses”, previamente mencionado. Isso indica que nos séculos XVI e XVII, assim como nos dados com vírgula entre verbo e oração completiva, à esquerda do verbo, a incidência de emprego da vírgula também parece se dar por razões de ordem discursiva e prosódica. Tendo em vista que, em termos prosódicos, no português europeu, expressões com proeminência de foco e tópico tendem a formar Is independentes (FROTA, 1997, 2000, 2002, 2014; VIGÁRIO, 1998; BARROS, 2014; FROTA *et al.*, 2015), tal uso da vírgula parece estar ligado à estrutura informacional, que seria indicada na escrita pela marcação da fronteira entoacional, pela vírgula.

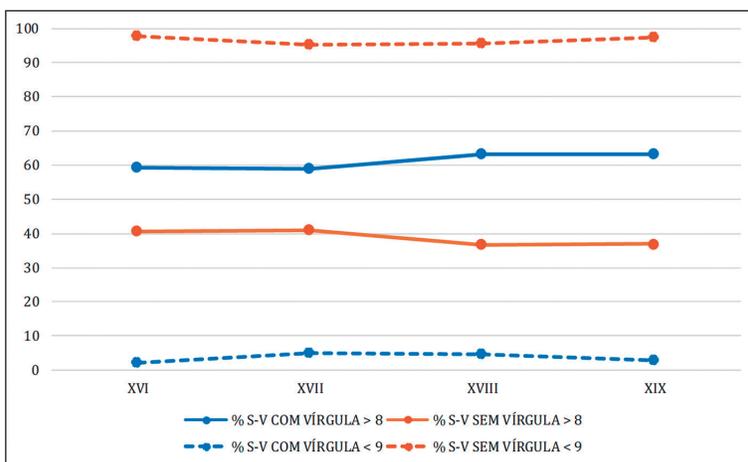
1. [e *um que escapou*,]I [salvou a vida,]I [casando com uma índia principal;]
I (Gazetas de Évora, 1673)

2. [*Estando a naveta Nossa Senhora da Estrela na Bahia de Todos os Santos,*] I [**saíram** uns marinheiros no batel a fazer a guarda,]I (Galhegos, 1597)

Além do papel discursivo, o comprimento do sintagma pré-verbal também parece favorecer o emprego da vírgula, que é marcada, com mais frequência, após um sintagma longo, seja um sujeito, uma oração ou um adjunto em primeira posição (cf. figuras 5 e 6). Isso vai no sentido da noção de que, quando o sintagma é longo, ou fonologicamente pesado, ele tende a formar um I independente (NESPOR; VOGEL, 2007) e a sentença, portanto, é fraseada em dois Is: um formado pelo sintagma pré-verbal e outro, pelo verbo e o restante da sentença (cf. exemplo 20). Mas se o sintagma for curto, não, e a sentença, então, é fraseada em apenas um I (cf. exemplo 21) (GALVES; BRITTO; PAIXÃO DE SOUSA, 2005; GALVES; KROCH, 2016). Desse modo, os autores tenderiam a marcar a vírgula após um sintagma pré-verbal pesado por interpretar a presença da fronteira de I.

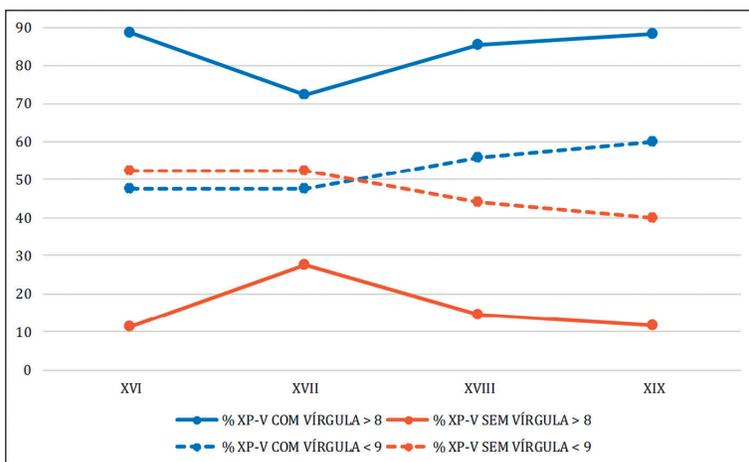
3. [*As dracmas,*]I [*e todas as mais espécies semelhantes de moeda que correm pelo mundo com nome de dinheiro,*]I [**fogem** dos oradores,]I [dos poetas e dos retóricos como dos mesmos demónios.]I (Oliveira, 1702)
4. [*quem os pretender*]I [**pode** ver as mostras na dita loja.]I (Gazeta de Lisboa, 17??)

Figura 5 – Comparação entre as porcentagens de ocorrências com vírgula entre um sujeito longo ou curto e verbo, por século



Fonte: Elaboração própria.

Figura 6 – Comparação entre as porcentagens de ocorrências com vírgula entre uma oração dependente ou adjunto não-oracional (XP) longo ou curto e verbo, por século



Fonte: Elaboração própria.

Esses resultados, juntamente com o uso da vírgula à direita do verbo para quebrar sentenças longas em partes menores, ajudam a compreender melhor a noção de que a vírgula serve para marcar uma “pausa para respirar”, corrente nas gramáticas do período clássico. Rosa (1994) afirma que, no período do século XV ao XVI, trechos longos sem pontuação eram um aborrecimento para as pessoas, em particular para quem precisava memorizar textos, e, portanto, era necessário fazer uso de sinais para distinguir orações e sentenças.

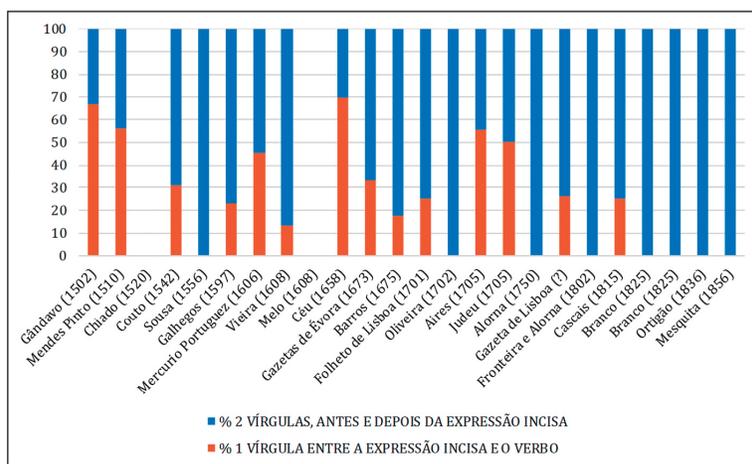
Já nos séculos XVIII e XIX, observa-se uma distinção na função da vírgula, a depender do tipo de sintagma pré-verbal. Nos casos com uma oração ou um adjunto em primeira posição, o uso da vírgula se mantém constante, mas a perda da relação entre o emprego da vírgula e o comprimento do sintagma, sendo a preferência por marcar a vírgula superior a despeito do comprimento do sintagma (cf. figura 6), sugere que o uso do sinal passou a estar mais ligado à função sintática do sintagma pré-verbal, de natureza adjunta. Mas após um sujeito em primeira posição, as funções discursiva e prosódica parecem ainda ser relevantes para o uso da vírgula, pois o sinal continua a ser marcado, com frequência, para indicar ênfase sobre o sujeito ou delimitar um sujeito longo. No primeiro caso, dado que expressões com proeminência de foco e tópico tendem a formar *Is* independentes no português europeu (FROTA, 1997, 2000, 2002, 2014; VIGÁRIO, 1998; BARROS, 2014; FROTA *et al.*, 2015), a pausa, marcada pela vírgula, indica a presença da fronteira entoacional à direita do sujeito.

- [porém *os soberanos preceitos*,]I [**se devem** obedecer,]I [maiormente por não caber em mim a nota de covarde.]I (Judeu, 1705)

E quanto à questão do comprimento do sujeito, enquanto se espera a perda dessa correlação, dado que o sistema de pontuação passou a ser mais baseado na função lógico-gramatical, o que se nota é que o comprimento continua a ser relevante ao emprego da vírgula, sendo ainda a preferência dos autores por marcar a vírgula após um sujeito longo, mas não após um sujeito curto. (cf. figura 6) Isso vai no sentido de que, no português europeu moderno, o comprimento tem efeito sobre o fraseamento de sentenças SVO, isto é, um sujeito ramificado e longo tende a formar um I independente e, com isso, a sentença é fraseada em dois Is, um contendo o sujeito e outro, o resto da sentença - (S)(VO), mas um sujeito longo e não-ramificado ou curto, não, sendo fraseado no mesmo I ao que o resto da sentença - (SVO) (ELORDIETA; FROTA; VIGÁRIO, 2005). Desse modo, na escrita, o autor marca a vírgula para indicar essa quebra, da fronteira entoacional à direita do sujeito.

Sobre os dados com uma expressão incisa entre sujeito e verbo, notou-se uma distinção interessante quanto ao número de vírgula antes e/ou depois da expressão incisa, ou seja, se é delimitada apenas uma vírgula antes do verbo ou se a expressão é delimitada por duas vírgulas, antes e depois. Assim, nos séculos XVI e XVII, há variação no uso da vírgula antes e/ou depois de aposto, oração adverbial, oração gerundiva, oração comparativa, oração parentética, vocativo, adjetivo ou adjunto. No entanto, nos séculos XVIII e XIX, na maioria dos casos, essas expressões passaram a ser isoladas por duas vírgulas, antes e depois, o que indica que, no português europeu, o uso da vírgula se tornou mais gramatical, assim como nos casos com oração dependente ou adjunto não-oracional em primeira posição. Nesse caso, o conceito de independência de constituintes parentéticos, tanto em termos prosódicos, como sintáticos e semânticos, parece ter se tornado mais claro (cf. figura 7).

Figura 7 – Porcentagens de ocorrências com vírgula, pelo número de vírgulas antes e/ou depois de uma expressão interpolada entre sujeito e verbo, em cada texto



Fonte: Elaboração própria.

A influência da mudança na norma gramatical do português sobre a mudança no emprego da vírgula na escrita

Considerando, portanto, a proposta de que a mudança no emprego da vírgula e, por extensão, na pontuação do português, ocorreu, mais fortemente, a partir da segunda metade do século XVIII, parece ser possível pensar que tal mudança é resultado da influência da mudança na gramática portuguesa, que também teve início na segunda metade do século XVIII e veio a se estabelecer no século XIX, quando houve uma maior tendência normativizadora em Portugal, com a difusão de preceitos racionalistas do Iluminismo e a publicação das primeiras gramáticas filosóficas, que passaram a dar maior ênfase à sintaxe do português, ao invés de privilegiar apenas a análise das partes do discurso (GONÇALVES, 2006; TANNIÃO, 2016). No que concerne à norma da pontuação proposta nas gramáticas (cf. seção 1), em termos comparativos, a semelhança entre as mudanças no emprego da vírgula nos contextos analisados e as regras e definições das gramáticas e dos tratados de ortografia sugerem que a mudança no uso da pontuação no português europeu moderno é um reflexo da mudança no discurso das gramáticas.

Quanto ao emprego da vírgula à direita do verbo, antes de oração completiva, ainda que os gramáticos não mencionem o uso que se observa nos dados analisados, de delimitar e introduzir discursos relatados, em gramáticas e tratados de ortografia dos séculos XVII e XVIII, é corrente a regra de que se deve marcar a vírgula antes de conjunções e relativos. Monte Carmelo (1767, p. 452-453), inclusive, apresenta o seguinte exemplo: “Deus quer, que todos se salvem, e conheçam a verdade.”

E sobre o emprego da vírgula à esquerda do verbo, depois de sujeito e oração dependente ou adjunto não-oracional, é interessante notar que, nas gramáticas dos séculos XVI e XVII, os autores não tratam diretamente o uso entre sujeito e verbo, mas é recorrente o exemplo “Quem ama a Deus, ama ao proximo.” (BARRETO, 1671, p. 216), acompanhado da regra de que se deve marcar a vírgula “depois do verbo, e seus casos: a saber, no fim de cada oração” (BARRETO, 1671, p. 216), a qual parece estar mais relacionada com a idéia de que o sentido está “incompleto” e a vírgula, após a oração “Quem ama a Deus”, então, tem um papel coesivo de indicar que algo mais vem depois. Porém, em se tratando de um sujeito oracional, a colocação da vírgula entre sujeito e verbo parece ser aceitável pela norma da época. E nos casos com uma oração em primeira posição, os gramáticos, até a primeira metade do século XVIII, afirmam que a oração deve ser delimitada por vírgula, pois “não possui sentido completo”.

Ademais, apesar de, até o século XVIII, o fator do comprimento não ser discutido explicitamente em nenhuma obra, a noção de que a vírgula serve para marcar uma pausa onde “descansa a voz” (BARROS, 1540, p. 50) ou “para o que fala tomar espírito, e vigor para mais dizer” (FIGUEIREDO, 1722, p. 60). sugere uma relação entre a pontuação e o comprimento, podendo ser cansativa a leitura de um trecho longo e, portanto, necessária a quebra dele em partes menores.

Já no século XIX, quando a sintaxe e as relações de subordinação passaram a ser tratadas mais diretamente, os gramáticos afirmam que todas as expressões “que se modificação, ou concordando umas com outras, ou regendo-se” (BARBOSA, 1822, p. 87), isto é, sujeitos e complementos oracionais e não oracionais e verbo, não devem ser separadas por vírgula. Dias de Sousa (1804) e Barbosa (1822), por exemplo, afirmam que não se deve separar verbo de oração completiva, uma vez que a oração é um “objeto acusado” do verbo e, portanto, possui uma relação de complementaridade que não deve ser quebrada: “A mesma razão dicta que entre as palavras que se modificação, ou concordando umas com outras, ou regendo-se, não deve haver pontuação alguma” (BARBOSA, 1822, p. 87).

E sobre o uso de vírgula após um sujeito pré-verbal, Dias de Sousa (1804, p. 266-267) dita que não se deve separar sujeito e verbo com uma vírgula - embora, no exemplo dado, o que o autor denomina sujeito seja um vocativo (“Ó Mortais”), o que sugere que, nesse período, o conceito de sujeito era distinto do conceito corrente na gramática moderna.

3.º Ó Mortais, a esperança embebida. Estas duas palavras: Ó Mortais, são inteiramente separadas da proposição seguinte, e devem ser separadas pela vírgula: elas são o sujeito de um verbo subentendido, como por exemplo: Ó mortais ouvi. Daqui se segue que quando o apóstrofe está antes de um verbo na segunda pessoa não se deve separar pela vírgula, porque o sujeito não se deve separar do seu verbo; e assim deve-se escrever sem vírgula: Tribunos cedei lugar aos Cônsules. (DIAS DE SOUSA, 1804, p. 269)

Contudo, os gramáticos fazem uma ressalva, de que a vírgula pode ser marcada nos casos em que o comprimento da oração é longo e “fatiga a respiração” (DIAS DE SOUSA, 1804, p. 266). Segundo Barbosa (1822, p. 88),

É portanto errada a regra da pontuação, que alguns dão, mandando pôr sempre vírgula antes de Que; quando pelo contrário nunca se deve pôr, senão quando a oração principal, e a incidente são tão extensas, que vêm a exceder a medida de uma pausa ordinária, que é a de um verso de treze até dezessete Sílabas.

Cunha e Cintra (1985, p. 431-432) afirmam que a vírgula deve ser marcada para separar orações adverbiais e orações gerundivas, especialmente quando estão em primeira posição na sentença, porém, adjuntos devem ser isolados por vírgula apenas quando são longos.

Isso indica que o comprimento ainda é um fator relevante para a pontuação no português europeu moderno - embora se observe, nos dados analisados, que, em construções com uma oração ou um adjunto pré-verbal, o comprimento tenha deixado

de estar relacionado com o emprego da vírgula, sendo o sinal marcado com mais frequência independentemente de a oração ser longa ou curta.

A respeito de construções com uma expressão interpolada, embora se encontre menção desses casos em gramáticas da segunda metade do século XVIII, de que se deve empregar a vírgula após vocativos e orações adverbiais, os gramáticos oitocentistas generalizam a regra e explicam que qualquer oração gramaticalmente independente da sentença em que está inserida, e não somente vocativos e orações adverbiais, deve ser isolada por duas vírgulas, antes e depois, quando aparece no meio da sentença.

Toda a Oração encravada, isto é, metida entre outras, sem as modificar, nem ser modificada, deve estar entre vírgulas; e bem assim toda a adição, que não faz parte de sua constituição gramatical. [...] (BARBOSA, 1822, p. 88-89)

Além disso, cabe notar que, ainda que tratem especificamente de adjuntos, Cunha e Cintra (1985, p. 431) falam sobre o uso de vírgula para indicar ênfase ou “realce”: “[...] A vírgula é, porém, de regra quando se pretende realçá-los.” (CUNHA; CINTRA, 1985, p. 432).

Comparando essa evolução na norma gramatical da pontuação e os resultados da análise dos dados, discutidos na seção 4, é possível notar que a datação da mudança na norma coincide com a datação da mudança no funcionamento da vírgula na escrita do português. Isso, portanto, parece indicar que essa mudança teria sido um reflexo do discurso das gramáticas portuguesas.

Conclusão

Ao contrário da generalização que se faz na literatura sobre a mudança no sistema de pontuação nas línguas românicas, de um sistema unicamente oral no período clássico, para um mais baseado na sintaxe no período moderno (CATACH, 1994; ROCHA, 1997), os resultados indicam que, no português, a mudança no emprego da vírgula parece ter se dado de modo distinto em relação à posição do sinal, à direita ou à esquerda do verbo.

Nos séculos XVI e XVII, as funções prosódica e discursiva eram predominantes no sistema de pontuação do português, sendo o papel principal da vírgula marcar pausas e indicar relações discursivas para auxiliar na leitura em voz alta e na memorização do texto escrito. Já nos séculos XVIII e XIX, mais fortemente a partir da segunda metade do século XVIII, a função lógico-gramatical passou a ser mais predominante e a vírgula passou a ser empregada mais para indicar relações sintáticas entre os constituintes das sentenças. No entanto, em construções com um sujeito pré-verbal, as funções prosódica e discursiva parecem ainda se fazer presentes na escrita do português europeu e a vírgula, nessa posição, serviria mais para indicar o papel discursivo do sintagma pré-verbal.

E sobre a datação dessa mudança no emprego da vírgula, assim como observado por Yano (2013), notou-se que a mudança parece ter se iniciado no começo do século XVIII e veio a se estabelecer a partir da segunda metade do século XVIII. Chama a atenção que tal datação coincide com o período em que houve um distanciamento em relação à gramática latina e uma maior tendência normativizadora em Portugal e, com isso, os gramáticos voltaram-se mais aos problemas da sintaxe e passaram a ditar regras de uso da pontuação mais baseadas em relações de dependência entre os constituintes das sentenças (GONÇALVES, 2006; TANNIÃO, 2016). Isso sugere que a mudança no olhar sobre a pontuação por parte dos gramáticos portugueses teria influenciado a mudança no emprego da vírgula - e no sistema de pontuação, em geral.

YANO, C. A study of the use of comma in the history of European Portuguese. *Alfa*, São Paulo, v.64, 2020.

- *ABSTRACT: This work aims to investigate the use of comma in the writing of European Portuguese from the 16th to 19th centuries in two types of constructions: before complete clause and after subject and non-clausal adjunct or dependent clause in first position. For that, we used a corpus of 24 texts by authors born between the 16th and 19th centuries. We observed that, in the 16th and 17th centuries, the comma was used more frequently to help in the organization and reading of the text, indicating discursive and prosodic relations. However, in the 18th and 19th centuries, although the comma continues to serve to indicate the discursive role of the pre-verbal phrase, especially of pre-verbal subjects, before complete clauses such function was lost, as the authors began to pay more attention to the relation of complementarity between verb and argument, preferring not to separate the two. One possible factor that would have favoured this change seems to be the fact that, from the second half of the 18th century on, with the diffusion of the Enlightenment in Portugal, grammarians became more concerned with the norm and syntax of Portuguese, which led the punctuation system to be more based on logical-grammatical function.*
- *KEYWORDS: Comma. European Portuguese. Classical Portuguese. Prescriptive grammar. Prosody. Syntax. Punctuation.*

REFERÊNCIAS

ABALADA S.; CABARRÃO, V.; CARDOSO A. O Vocativo em Português Europeu: Estudo de Parâmetros Prosódicos em Vocativos com Diferentes Distribuições. *In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE LINGÜÍSTICA*, 26., Lisboa. **Textos Seleccionados**. Lisboa: APL 2011. p. 1-16.

BARBOSA, J. S. **Grammatica philosophica da lingua portugueza**; ou principios da grammatica geral applicados á nossa linguagem. Lisboa: Typographia da Academia das Sciencias, 1822.

- BARRETO, J. F. **Ortografia da língua portuguesa**. Lisboa: Oficina de Ioam da Costa, 1671.
- BARROS, J. de. **Gramática da língua portuguesa**: Cartinha, gramática, diálogo em louvor da nossa linguagem e diálogo da viciosa vergonha. Ed. M.L.C. BUESCU. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1540.
- BARROS, N. **Fraseamento prosódico em Português**: uma análise entoacional de enunciados com parentéticas e tópicos em duas variedades do Português Europeu. 2014. 97f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade de Lisboa, Lisboa, 2014.
- CATACH, N. **La Punctuation**. Paris: Presses Universitaires de France, 1994.
- CRUZ, M. **Prosodic variation in European Portuguese**: phrasing intonation and rhythm in central-southern varieties. 2013. 204 f. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade de Lisboa, Lisboa, 2013.
- CUNHA, C. F. DA; CINTRA, L. F. L. **Breve Gramática do Português Contemporâneo**. Lisboa: Edições João Sá da Costa, 1985.
- DIAS DE SOUSA, M. **Gramatica Portuguesa**. Coimbra: Real Imprensa da Universidade, 1804.
- DUARTE, I. M. O relato de discurso na Crónica de D. João I (I parte) de Fernão Lopes. *In*: BRITO, A. M. *et al.* (org.). **Língua portuguesa**: estruturas, usos e contrastes. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 2003. p. 185-198.
- ELORDIETA, G.; FROTA, S.; VIGÁRIO, M. Subjects, Objects and Intonational Phrasing in Spanish and Portuguese. **Studia Linguistica**, Oxford, v.59, n.2/3, 2005.
- FEIJÓ, J. de M. M. **Orthographia, ou arte de escrever, e pronunciar com acerto a língua portuguesa**. Lisboa: Oficina de Miguel Rodrigues, 1734.
- FIGUEIREDO, M. de A. **Nova escola para aprender a ler, escrever, e contar**. Lisboa: Oficina de Bernardo da Costa de Carvalho, 1722.
- FROTA, S. The intonational phonology of European Portuguese. *In*: JUN, S. (ed.). **Prosodic Typology II**. Oxford: Oxford Universit Press, 2014. p. 6-42.
- FROTA, S. Nuclear falls and rises in European Portuguese: a phonological analysis of declarative and question intonation. **Probus**, Dordrecht, v.14, n.1, 2002. Special Issue on Intonation in Romance.
- FROTA, S. **Prosody and focus in European Portuguese**: Phonological phrasing and intonation. Nova York: Garland Publishing, 2000.
- FROTA, S. On the prosody and intonation of focus in European Portuguese. *In*: MARTÍNEZ-GIL, F.; MORALES-FRONT, A. (ed.). **Issues in the Phonology and**

Morphology of the Major Iberian Languages. Washington, D.C.: Georgetown University Press, 1997. p. 359-392.

FROTA, S.; CRUZ, M.; FERNANDES SVARTMAN, F.; COLLISCHONN, G.; FONSECA, A.; SERRA, C.; OLIVEIRA, P.; VIGÁRIO, M. Intonational variation in Portuguese: European and Brazilian varieties. *In*: FROTA, S; PRIETO, P. (ed.). **Intonation in Romance.** Oxford: Oxford University Press, 2015. p. 235-283.

FROTA, S.; VIGÁRIO, M. Intonational phrasing in two varieties of European Portuguese. *In*: RIAD, T.; GUSSENHOVEN, C. (ed.). **Tones and Tunes.** Berlin, 2007. v. 1, p. 265-291.

GALVES, C.; BRITTO, H.; PAIXÃO DE SOUSA, M. C. The Change in clitic placement from Classical to Modern European Portuguese: Results from the Tycho Brahe Corpus. **Journal of Portuguese Linguistics,** Lisboa, v. 4, n. 1, 2005.

GALVES, C.; KROCH, A. Main syntactic change from a principle-and-parameter view. *In*: COSTA, J.; MENUZZI, S.; WETZELS, L. (org.). **Handbook of Portugueses Linguistics.** Hoboken: Wiley-Blackwell, 2016. p. 487-503.

GÂNDAVO, P. M. de. **Regras que ensinam a maneira de escrever e Orthographia da lingua Portuguesa, com hum Dialogo que a diante se segue em defensam da mesma lingua.** Lisboa: Officina de Antonio Gonsalvez, 1574.

GONÇALVES, M. F. **As idéias ortográficas em Portugal: de Madureira Feijó a Gonçalves Viana (1734-1911).** Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

GONÇALVES, M. F. Iluminismo e pensamento linguístico em Portugal: o exemplo das gramáticas filosóficas. *In*: CONGRÈS DE LINGUISTICA GENERAL, 7., Barcelona. **Actas [...],** Barcelona: Edicions de la Universitat de Barcelona, 2006. p. 146.

MONTE CARMELO, L. de. **Compendio de orthografia.** Lisboa: Officina de Antonio Rodrigues Galhardo, 1767.

NESPOR, M.; VOGEL, I. **Prosodic Phonology:** With a new foreword. Berlin: New York: Mouton de Gruyter, 2007.

ROCHA, I. L. V. O sistema de pontuação na escrita ocidental: uma retrospectiva. **D.E.L.T.A.,** São Paulo, v. 13, n. 1, 1997.

ROSA, M. C. Onde foram parar as pausas?: Sobre leitura e pontuação. *In*: MOLLICA, M. C. (org.). **#Linguisticadeprotestos:** novos caminhos de pesquisa. Rio de Janeiro: 7Letras, 2016. p. 9-33.

ROSA, M. C. **Sintaxe e pontuação em impressos portugueses renascentistas.** 1994. 189f. Tese (Doutorado em Linguística) - Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1994.

SELKIRK, E. On derived domains in sentence phonology. *In*: ANDERSON, J. R.; EWEN, C. (ed.). **Phonology Yearbook 3**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986. p. 371-405.

SELKIRK, E. **Phonology and Syntax: The Relation Between Sound and Structure**. Cambridge: MIT Press, 1984.

SONCIN, G. C. N. **Língua, discurso e prosódia: investigar o uso da vírgula é restrito? Vírgula!** 2014. 310f. Tese (Doutorado em Linguística) - Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, São José do Rio Preto, 2014.

TANNIHÃO, K. C. **Sobre norma e preposições: um estudo das completivas finitas (des)preposicionadas em português**. 2016. 200f. Tese (Doutorado em Linguística) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.

VIGÁRIO, M. **Aspectos da Prosódia do Português Europeu: estruturas com advérbio de exclusão e negação frásica**. Braga: CEHUM, 1998.

YANO, C. T. **Um estudo sobre o emprego de vírgula antes de oração completiva no português europeu clássico: sintaxe, discurso e gramática normativa**. 2013. 118f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

YANO, C. T. **A história do emprego de vírgula do português clássico ao português europeu moderno**. 2018. 260f. Tese (Doutorado em Linguística) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018.

Recebido em 22 de maio de 2019

Aprovado em 12 de outubro de 2019